

Ruth Cardoso

Programa Comunidade Solidária

Mesa: Subsídios para uma nova política indigenista Boa tarde e muito obrigada por me darem a oportunidade de participar deste seminário. Quando recebi o convite, por um lado estranhei, porque não é minha área de trabalho e eu sabia que aqui, no Museu Nacional, pelos nomes que vi no programa, haveria especialistas e pessoas extremamente qualificadas para discutir as bases para uma nova política indigenista. Entretanto, pensando melhor depois, achei que caberia um esforço para estar aqui presente por duas razões: a primeira é que eu acho que estamos vivendo um momento em que a reformulação da política indigenista é fundamental, não como decisão de uma ou outra instância, mas porque a realidade dos povos indígenas mudou. Hoje nós já temos a presença deles não só como atores dentro da sociedade, como também na política, o que é completamente diferente do passado, tanto do começo do século quanto da situação dos anos 50, quando se introduziram algumas mudanças em relação à formulação da política indigenista. Acho que estamos num momento privilegiado pois, além das transformações e do desenvolvimento que as próprias sociedades indígenas conseguiram, nós temos também uma série de organizações não-governamentais que trabalham muito seriamente, que têm uma contribuição importantíssima e que têm ajudado muito na criação de um novo panorama para a população indígena. Por outro lado, é preciso também não esquecer que essa população, apesar de ter conseguido um certo grau de autonomia, precisa ainda não só de mais autonomia como também de apoio e de suporte, tanto das organizações não-governamentais como da área governamental. Estamos, portanto, num momento de redefinir os espaços desses três pólos que necessariamente devem estar envolvidos na formulação de novas bases para uma política indigenista, que é o objetivo deste seminário. Essa é uma das razões pelas quais estou aqui, pois acredito que talvez seja a primeira vez, no país, que estejamos todos juntos numa sala ? índios, ONGs, universitários e representantes governamentais ? discutindo essa questão. Isso é um passo à frente enorme pois, até pouco tempo atrás, cada uma dessas instâncias funcionava muito isoladamente e algumas em conflito mútuo, o que dificulta muito a efetividade de qualquer política, mesmo que ela seja bem formulada. Considerarei então que este seminário é um marco, é um momento fundamental para pensarmos em idéias diferentes, em formas de colaboração diferentes, e essa é a segunda razão pela qual estou aqui, porque, como presidente do Conselho da Comunidade Solidária, a nossa palavra fundamental é parceria. O nosso trabalho é, essencialmente, a articulação de diferentes atores tendo em vista um objetivo comum. Todos os programas do Comunidade Solidária são programas que têm um planejamento bastante claro, um objetivo muito definido e, em função deste objetivo, nós procuramos organizar e articular parcerias governamentais / não-governamentais. Para nós, o objetivo é chegar à solução de problemas que são públicos. Estes problemas interessam e dizem respeito a todos na sociedade, eles não são só governamentais. Estas questões, portanto, por serem de interesse global, público, têm que organizar todas as forças possíveis na direção de uma solução. É esta a filosofia do Programa Comunidade Solidária, através da qual nós temos tido muito bons resultados. Se, primeiro, tratava-se apenas uma idéia, hoje eu já posso dizer que é uma realidade. Todos os nossos programas são construídos através de parcerias governamentais / não-governamentais, todos com um interesse que diz respeito a todos, como a alfabetização e a capacitação profissional de jovens, quer dizer,

problemas que todos temos que resolver, porque atinge a todo mundo. Mas, evidentemente, para que nós consigamos ter uma solução eficiente, é preciso juntar diferentes esforços para que a gente não esteja competindo, mas somando, com aquilo que já existe. Muitas vezes eu costumo falar em recursos que estão disponíveis e que não são utilizados. Existem muitos recursos disponíveis e quando a gente define claramente o objetivo a que quer chegar, fica bastante fácil encontrar aonde estão esses parceiros que, somados, podem levar à consecução desse objetivo. Acho que essa forma de trabalho é uma novidade, pelo menos aqui, no nosso país, mas não no resto do mundo, quer dizer, há algum tempo que as estruturas estatais se tornam cada vez mais flexíveis e permeáveis ao trabalho com a sociedade civil. Eu ousaria dizer que isso é uma condição da democracia e que nós temos que trabalhar muito nessa direção. Temos iniciativas, ainda não muito numerosas, mas muito fecundas, muito positivas, com resultados muito bons nesta direção. Por isso, eu acho que é preciso uma reflexão sobre o papel do Estado, sem buscar diminuir a atuação do Estado, sem deixar de atribuir a responsabilidade que ele efetivamente tem sobre toda a população e de dar a garantia de direitos básicos a todos os cidadãos. Muitas vezes, em algumas setores específicos, a parceria com a sociedade civil, com os não-governamentais, com a própria população envolvida é absolutamente decisiva na qualidade do serviço que se pode prestar, na eficácia, na efetividade de se chegar aos objetivos propostos. Há muitos problemas que não se resolvem com as regras universais que o Estado tem que garantir. O Estado tem que garantir educação para todos, isso é um direito do cidadão, mas ele terá mais dificuldades de enfrentar sozinho a questão da educação indígena. Eu tenho grande admiração pelo trabalho que o MEC fez nos currículos das escolas indígenas, do apoio que deu aos professores indígenas. Entretanto, isso não seria possível sem a colaboração de antropólogos, de entidades não-governamentais que trabalharam junto, porque isso é um problema específico e nessa área dos problemas específicos a colaboração com aqueles que sabem das necessidades imediatas daquele setor são muito importantes. E não só em se tratando de populações indígenas. Se nós temos um programa para meninos de rua, tema tão repetido nesse país, é muito difícil para uma instituição burocratizada, com as amarras e com as dificuldades que têm as instituições governamentais, sejam elas federais, estaduais ou municipais, tratar dessa questão, porque é uma questão que exige uma outra relação que não seja uma relação burocrática. Exige uma relação de proximidade, uma linguagem, um tipo de acompanhamento que precisa de flexibilidade, e flexibilidade é uma das coisas mais difíceis de serem encontrarmos nas estruturas governamentais, não porque elas queiram ser assim, mas pela sua própria natureza, por tantos controles a que são submetidas. Eu acho que estamos diante de questões do mundo moderno que exigem essa flexibilidade, que exigem uma certa rapidez no enfrentamento dos problemas e sem estes mecanismos de parcerias é bastante difícil ter sucesso. Eu acho que os resultados que hoje eu posso dizer, com um certo orgulho, que conseguimos, nos vários programas do Comunidade Solidária, se devem a eu ter acreditado que a sociedade civil estava suficientemente organizada para participar, que o empresariado brasileiro já tinha uma certa noção da sua responsabilidade social e que o governo aceitaria participar ? algo difícil, porque, também do lado do governo, há uma série de preconceitos contra a sociedade civil organizada e vice versa. Temos que estabelecer um novo diálogo, eu acho que esse é o nosso desafio, tanto de um lado quanto de outro, o de discutirmos realmente quais são os objetivos aos quais queremos chegar e como podemos chegar juntos a eles. Eu acho que essa é uma maneira muito mais atualizada de trabalhar, uma maneira que não retira do Estado a sua responsabilidade, mas que dá uma prioridade absoluta a que as ações que nós desejamos sejam eficazes, cheguem

aos resultados esperados, consigam realmente enfrentar problemas tão sérios como os problemas sociais que nós temos nesse país, que vêm de longa data. Como eles vêm de longa data, como continuam graves, nós temos que parar e pensar em novas soluções, temos que encontrar novas maneiras de enfrentá-los, senão vamos continuar repetindo fórmulas antigas e provavelmente conseguindo resolver um pouco dos problemas, mas mantendo uma grande parte não resolvida. Acho que estamos num momento em que é preciso ter coragem de pensar e de criar novas iniciativas e avaliá-las, porque, parte disso, do trabalho em parceria, do trabalho com vários atores conjugados é termos que necessariamente avaliar esse trabalho. É preciso reavaliar rumos quando estamos realizando essas ações. Essa é uma outra qualidade fundamental do trabalho entre parceiros, porque a própria responsabilidade, a própria avaliação obriga a uma constante redefinição. Em várias áreas do nosso país o trabalho é exatamente esse e por isto decidi vir aqui, porque acredito na parceria e porque acredito que, com relação à política indigenista, estamos num momento de inflexão. Essa inflexão provavelmente terá que contemplar as conquistas dos povos indígenas pois, realmente, nos últimos anos, eles apareceram como atores políticos significativos. Também terá que contemplar a contribuição das universidades, dos vários centros de estudo, que têm mantido viva a necessidade da política indigenista e dado contribuições acadêmicas importantes para essa formulação. Há também o trabalho imediato, prático, desenvolvido pelas organizações não-governamentais, um trabalho que realmente merece aplausos, pois é um trabalho de defesa e de garantia de condições mínimas para o desenvolvimento dos povos indígenas. Chegou o momento de trabalharmos juntos e de darmos um passo além para que possamos comemorar os 500 anos e, passados os 500 anos, ter uma nova relação entre o país, suas várias populações e os povos indígenas, a quem devemos muito também. Muito obrigado.